



REFORMA AGRÁRIA E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL: a experiência do Município de Wenceslau Guimarães – Ba, 1987-2005

Sandra Maria Cerqueira da Silva Mattos¹
Vanessa da Silva Vieira²

Resumo: O texto discute a influência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na constituição e re-organização do espaço territorial. Nesta oportunidade será considerada uma abordagem multidisciplinar sobre o assunto. Ademais, estará se avaliando o MST no contexto da Reforma Agrária no Brasil. Neste propósito avaliar-se-á a importância deste movimento para o município de Wenceslau Guimarães

Palavras-chave: Reforma agrária, MST, espaço rural.

Abstract: This paper discusses the influence of the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the constitution and re-organization of territorial space. This time will be considered a multidisciplinary approach on the matter. Furthermore, the MST will be evaluated in the context of land reform in Brazil. In this way it will assess the importance of this movement for the city of Guimarães Wenceslau.

Key words: Agrarian reform, MST, rural.

¹ Mestre. Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: mestsandra@yahoo.com.br

² Docente. Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: vanessa_bahia@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO:

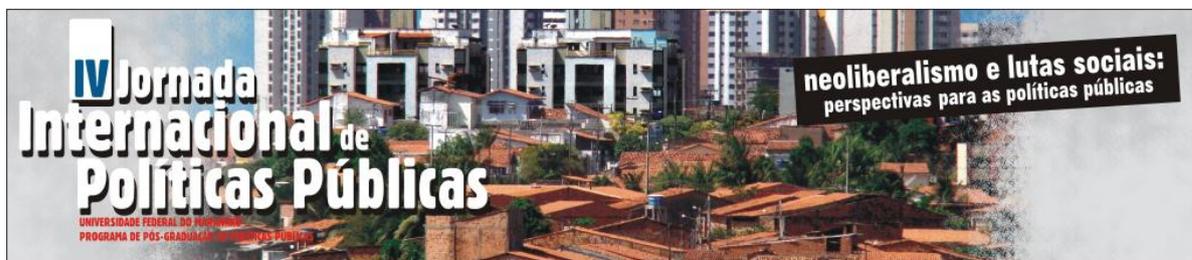
Nos últimos anos, a luta pela terra tem ocupado espaço em debates acadêmicos, o fato é que um dos principais impedimentos para o desenvolvimento do país deve-se à profunda desigualdade social, isso vale também para a distribuição de terras. Dentre os programas e processos que auxiliam os trabalhadores rurais nesta busca por terra, destaca-se o MST. Dada a estrutura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, podemos considerá-lo uma Instituição, na medida em que contribui, mediante as suas atribuições legais, jurídicas e políticas, nos processos de assentamento e acampamento. Podemos perceber, diante do seu funcionamento, que o MST é uma instituição organizada politicamente, onde as competências e funções estão claramente definidas.

Visto estas colocações o objetivo deste texto é avaliar a influência do MST (Movimento dos Sem Terra) para a re-organização do espaço rural. A discussão torna-se importante por alguns aspectos. Primeiro desmistificar as informações distorcidas que são veiculadas pela mídia. Segundo, possibilita acreditar numa transformação social do espaço rural a partir das mobilizações deste movimento. E por fim permite uma abordagem multidisciplinar do tema estudado. A partir destas proposições a questão central do trabalho consiste em responder qual a importância do MST para as transformações socioeconômicas no espaço rural? Ademais, neste contexto pode-se considerar o MST, como uma organização independente e autônoma, na constituição e re-organização do espaço rural.

Para responder a estas questões foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos primeiro uma análise teórico-conceitual sobre o surgimento deste movimento social agrícola no Brasil e posteriormente um estudo empírico do MST, a partir dos acampamentos e assentamentos, no município de Wenceslau Guimarães.

2. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO BRASIL: ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL

Segundo Prado Júnior (1970), a economia brasileira foi caracterizada, desde o descobrimento (1500) até a independência (1822), como essencialmente agrícola, monocultora, com base na mão-de-obra escrava, voltada para o exterior, e com o pré-domínio das grandes propriedades de terra. Esses três séculos de controle da terra por uma



pequena parcela de proprietários foram determinantes na definição da estrutura agrária do Brasil até a atualidade. É importante ressaltar que a estrutura agrária significa o conjunto de relações sociais, econômicas e jurídicas que surgem em virtude da atividade agrária e que têm por objeto os bens, serviços e obras que por sua natureza ou destino são indispensáveis para o desenvolvimento da comunidade rural³.

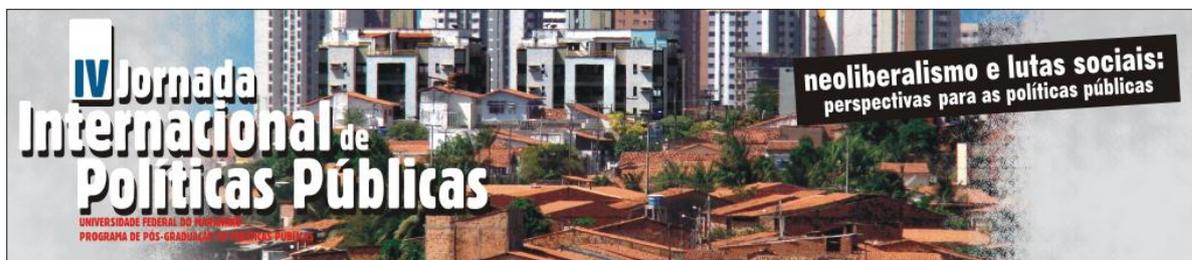
Com efeito, a história de luta pela terra no Brasil é antiga e caracterizada pela existência de movimentos de luta e resistência. O estudo de Andrade (1989) expõe que a conquista da terra, iniciada na quarta década do século XVI, com o processo de colonização, revestiu-se de grande violência: foi feita à custa do aprisionamento e expropriação do indígena, a quem o conquistador, o homem branco, considerando-se superior, transformava em sua propriedade. O nível de expropriação foi tão longe que acabou produzindo um fato político que é a resistência, fato observado até os dias atuais pelos movimentos sociais do âmbito rural, a exemplo do MST.

O movimento de origem camponesa consistiu numa reação contra uma estrutura fundiária que nega o acesso à posse da terra aos que nela trabalhavam em benefício dos que, tendo direito a terra, utilizavam-na como uma mercadoria, como um bem negociável, ou seja, o trabalho agrícola baseia-se em uma sociedade em que os proprietários de terra possuíam áreas superiores à capacidade de produção de seus engenhos e não dispunham de dinheiro em espécie para pagar salários.

Factualmente os movimentos sociais não podem ser estudados desvinculados da estrutura capitalista. Deveras, o capitalismo reflete numa relação social que é, antes de tudo, uma relação de expropriação e de exploração. Cria, de um lado, os exploradores e de outro os explorados, produz a fartura e a fome. Diante dessa realidade, os trabalhadores rurais têm criado diversas formas de resistência, durante toda a sua história, através das lutas sociais no enfrentamento com o Estado, com os proprietários de terra e capitalistas. Não é só a luta pela terra que está em questão, é uma luta contra um modelo de desenvolvimento que privilegia um único tipo de propriedade. O problema da terra no Brasil, na realidade, não consiste apenas na distribuição de terra (FERNANDES, 1999).

A “modernização da agricultura brasileira”, sobretudo nas décadas de 60 e 70, contou com uma efetiva intervenção do Estado, oferecendo crédito farto e barato, incentivos fiscais e comerciais, pesquisa e assistência técnica, e condições políticas favoráveis a uma

³ Ver Antonino C. Vivanco, “Teoria de Derecho Agrário”: Ed. Libr. Jurídica, La Plata, 1967, v. I, p. 29



privilegiada camada de produtores rurais, fortalecendo a exclusão social marcada pela formação de uma classe de assalariados rurais com baixíssimo poder de compra, pelo desemprego, especialmente o desemprego sazonal, e pela precariedade das condições de trabalho (BERGAMASCO, 1996).

A modernização no campo também provocou o desemprego, a instabilidade e migrações. O que leva Milton Santos (2002) a refletir:

Se eu deixo o campo atrasado, as pessoas saem. Se eu modernizo o campo, as pessoas saem. A reforma agrária não tem o peso hoje que tinha antes. O Brasil é outro. O mundo é outro. Creio que pessoas que querem trabalhar a terra devem ter terra. Mas é preciso dizer a elas que não vão ter a terra por muito tempo, porque o sistema de circulação de mercadorias e a competição entre os produtores farão com que, em menos de uma geração, a terra seja objeto de reunião outra vez. À medida que o país se modernizar, o pequeno produtor rural ficará sem defesa. (SANTOS, 2002, p.20).

Neste complexo reside a causa das crescentes tensões sociais em torno da posse de terras, atingindo regiões de todo o país (VINHAS, 1980). Até julho de 1981, a Comissão Pastoral da Terra, da Conferência Episcopal, registrou 916 conflitos fundiários em todas as regiões do país, envolvendo 261.000 famílias, num total de quase dois milhões de pessoas (MARTINS, 1989).

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil continuou seu processo de industrialização e urbanização, em ritmo acelerado, conforme tabela 1:

TABELA 1

BRASIL: população absoluta, urbana e rural, e taxa de urbanização 1940-2000

Anos	População Total	População Urbana	População Rural	Índice de Urbanização
1940	41.326.000	10.891.000	30.435.000	26,35
1950	51.944.000	18.783.000	33.161.000	36,16
1960	70.191.000	31.956.000	38.235.000	45,52
1970	93.139.000	52.905.000	40.234.000	56,80
1980	119.099.000	82.013.000	37.086.000	68,86
1991	150.400.000	115.700.000	34.700.000	77,13



2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25
------	-------------	-------------	------------	-------

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

Em 1946, foi elaborada a Nova Constituição. Nesse período, a questão agrária começou a ganhar importância, embora nenhum projeto de lei sobre a reforma agrária tenha sido aprovado. No final da década de 1950, aumentaram os debates sobre o assunto e a participação popular na reivindicação de mudanças estruturais no país. Dentre as chamadas reforma de base, a reforma agrária era a que mais dividia as opiniões. Em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária – SUPRA. Em 1963, foi aprovado e sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural, que inseria o trabalho no campo dentro da legislação trabalhista. No início de 1964, o governo federal tomou uma série de providências com vistas a efetivar a desapropriação de terras, além de propor mudanças na Constituição para permitir a reforma agrária (SILVA, 1971).

A partir da organização das Ligas Camponesas e Associações de Trabalhadores Rurais, cresceram em forma significativa as reivindicações por melhores condições de vida no campo, pela aplicação da legislação trabalhista na agricultura - salário mínimo, assistência médica, aposentadoria etc. - e por emprego permanente. Segundo D'Incao (1982), o movimento de resistência que vem sendo realizado pelos camponeses ultrapassa o espectro da busca pela terra, revelando a busca pela própria cidadania.

A luta pela Reforma Agrária deu lugar a sérios choques em várias regiões do país entre camponeses e setores dos grandes proprietários de terra. Contribuiu, sobretudo, para dar um sentido político à atividade do movimento, num momento de total cerceamento das atividades políticas, fazendo com que os conflitos pela posse da terra não desaparecessem como manifestações isoladas de inconformismo e colocando o movimento, como um todo, na posição de quem cobra do Governo uma decisão política (D'INCAO, 1982).

Para Ribeiro (1988), a manutenção do latifúndio foi, pouco a pouco, se transformando em um dos pilares e a Reforma Agrária passou a ser considerada como um dos temas proibidos no País durante o regime militar. Em 1970, foram extintos o IBRA e o INDA e foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, foram lançados os Programas de Integração Nacional – PIN⁴ e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA, com o objetivo,

⁴ O PIN teve o objetivo de colonizar a Amazônia, a partir da rodovia Transamazônica, atraindo o povo nordestino para aquela região. No entanto, o impacto desse programa foi muito pequeno se comparado às metas propostas e aos recursos alocados (RIBEIRO, 1988).



teoricamente, a redistribuir terras, mas desta vez através do pagamento em dinheiro das indenizações por interesse social. Porém, passados quatro anos de sua criação, os resultados foram praticamente nulos (RIBEIRO, 1988). Tal situação provocou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, destinada a analisar as atividades do PROTERRA.

A reforma agrária é uma reivindicação objetiva do movimento camponês, do movimento sindical de trabalhadores rurais através de suas várias formas de expressão. Em virtude do baixo desempenho da estrutura fundiária no Brasil e do agravamento dos problemas sociais no meio rural, o início da década de 1980 assiste ao nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, formalmente constituído em 1984, fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro. Portanto, parte da história da luta pela terra.

A construção do Movimento se constituiu na interação com outras instituições, especialmente a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), aprendendo com história da formação camponesa, na sua caminhada, o MST construiu o seu espaço político, garantindo a sua autonomia, de atuação e organização, uma das diferenças com os outros movimentos camponeses que o precederam (FERNANDES, 2000).

O processo de democratização que emerge no início dos anos 80 traz de volta e com muita força a discussão da reforma agrária no país. Neste período o então presidente José Sarney criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, ao qual o INCRA passou a ser subordinado. A constituição de 1988 trouxe avanços para a Reforma Agrária, a qual trata a questão da desapropriação de terras para fins de reforma agrária.

Uma análise dos 30 anos de existência do Estatuto da Terra – 1964 a 1994 – mostrou que o número de famílias assentadas foi de 350.836, em 1.626 assentamentos, levando-se em consideração os de reforma agrária e de colonizações – ambos feitos pelo governo federal – e de ações fundiárias estaduais (GUEDES PINTO, 1995).

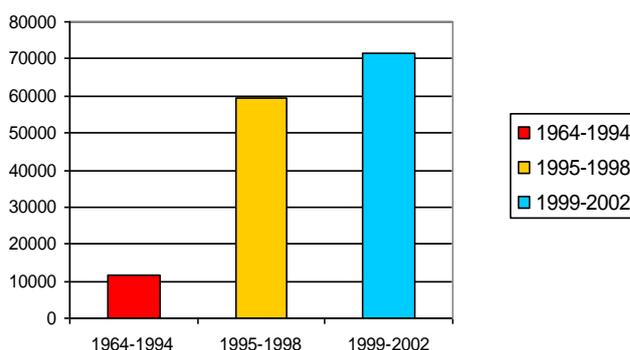
No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, após o massacre de Corumbiara no Estado de Rondônia, em agosto de 1995, e de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará, em abril de 1996, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela reforma agrária e, hoje também pela agricultura familiar. Impulsionadas pela pressão de movimentos sociais e pela opinião pública, diversas iniciativas buscaram a efetivação dos assentamentos. Entre elas se destacam o aumento do número de desapropriações e a atuação através de linhas de crédito específicas, como o PROCERA e



o PRONAF. A reforma agrária foi apresentada como uma medida para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a solução do problema de segurança alimentar e para a redução dos conflitos agrários. Contudo, o projeto se limita a uma política compensatória, sem ter o objetivo de alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura (FERNANDES, 1999).

De acordo com o INCRA, de 1995 a 1998 – primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso - foram assentadas 238.010 famílias, e entre 1999 e 2002 – segundo mandato -, foram assentadas 286.370 famílias (INCRA, 2004), estabelecendo, somando os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, uma média de 65.548 famílias assentadas por ano, tendo sido o governo brasileiro que mais investiu em projetos de reforma agrária mundialmente (INCRA, 2004), conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1
Média Anual de Famílias Assentadas no Brasil



FONTES: INCRA, 2004

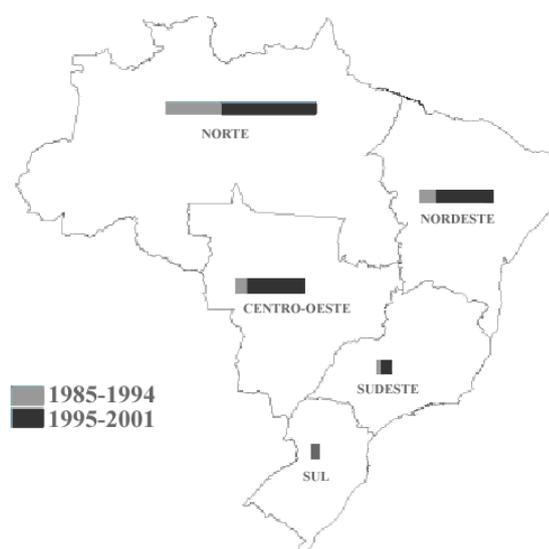
Na figura 1, de acordo com o INCRA (2001), os projetos de assentamentos estão demonstrados por regiões. Pode-se perceber que de 1985 a 1994 o maior número de projetos de assentamentos ocorreram na região norte, devido ao processo de povoamento da fronteira amazônica. Em síntese não existia reforma agrária. Havia programas de acesso a terras em regiões de fronteira agrícola (PA, MT, AM) e assentamentos irrisórios nos demais estados (FERNANDES, 2000).

Contudo, a partir de 1995, os projetos de assentamentos foram intensificados nas demais regiões, especialmente no centro-oeste e nordeste brasileiro. Na figura 1, aponta a área ocupada pelos projetos de assentamento para os períodos de 1985-1994 e 1995-2001. A área das barras é equivalente ao somatório da área ocupada pelos projetos de



assentamento. A altura da barra foi fixada em 100Km e o comprimento varia em função da área ocupada. (INCRA, 2001)

FIGURA 1:
Projetos de Assentamentos: 1985-2001



FONTE: INCRA, 2001.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, instaurada durante o regime militar. Esse é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 1999). A formação de diversos movimentos sociais nesse sentido aconteceu no decorrer dos anos setenta. Assim o MST começou a ser gerado no espaço social conquistado pelas diversas experiências das lutas populares.

No início dos anos setenta aconteceram no campo, em diversos estados, lutas localizadas que deram origem ao MST. O MST congrega, em nível nacional, a ação organizadora dos acampamentos como forma de luta pela terra. Esse movimento, fundado em 1984, em Cascável (PR) durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem-Terra, está organizado por comissões em quase todos os Estados e atua na maioria dos acampamentos e ocupações de terra existentes no país (LAVORATTI, 2005).

A mobilização política dos trabalhadores rurais para a condução da luta pela reforma agrária se inicia com a identificação dos locais a serem disputados, com uma prévia



avaliação dos atores governamentais e/ou privados que estarão envolvidos nesta disputa, e com uma estimativa da capacidade estratégica de cada área para constituição de assentamentos.

O MST se constitui como um ator político, pois se refere a um grupo influenciador da opinião pública e de obrigar o governo a adotar determinadas medidas que são de seu interesse, mediante as diversas mobilizações. Com efeito, ao estabelecer a política agrária, o governo não pode desconsiderar a reação deste grupo, sem correr o risco de ver o seu grau de popularidade afetado negativamente (Comparato, 2003 *in*; Lopes & Ortolan, 2003).

3. A EXPERIENCIA DO MST EM WENCESLAU GUIMARÃES - BA

O município de Wenceslau Guimarães foi emancipado em julho de 1968, localiza-se na Região Litoral Sul da Bahia e distante 280 quilometro da capital do estado. A localidade é reconhecida economicamente pela sua produtividade agrícola, ocupando a 10^a posição baiana no mercado produtor de bananas e por possuir uma expressiva agricultura cacaeira. Ademais, o município produz mandioca e, tem sido cultivada uma fruta exótica, a graviola.

Avalia-se que as aptidões agrícolas do município têm sido um atrativo para os movimentos rurais que buscam a terra com objetivo de produzir principalmente para a agricultura familiar. Um desses movimentos que vem alcançando destaque no município é o MST, que esta organizada a partir do Assentamento Eldorado dos Carajás.

Os assentados do Eldorado tiveram sua origem em Jaguará – Ba e chegaram ao município no ano de 1996, na condição de acampados, mas devido as suas articulações e sua capacidade organizacional, mobilizações em 1997 tornaram-se assentados, fundando neste recorte espacial três assentamentos. A análise do MST, no município de Wenceslau Guimarães permitiu uma visão muito dispares entre acampados e assentados. Os primeiros estão em barracos de lona, e não dispõe de recursos básicos como alimentação, saúde e saneamento, energia e abastecimento de água. Não possuem uma base articuladora forte e dependem das atividades desenvolvidas pelos assentados. Estes, por sua vez, apresentam uma articulação política expressiva e organizada, com ideais definidos, no sentido de garantir a cidadania da comunidade.

O assentamento Eldorado Carajás pode ser caracterizado como uma organização autônoma na definição do modelo político de atuação, sem, entretanto marginalizar os



princípios básicos gerais do MST. Esta comunidade tem buscado pactos com deferentes atores sociais, principalmente na esfera governamental municipal e estadual, oportunizando a construção de escolas, casas de farinhas, aperfeiçoamento técnico na produção agrícola através de orientações de técnicos agrícolas cedidos pela prefeitura local.

A filosofia dos sem terra tem sido executado no assentamento analisado, ou seja, os objetivos ultrapassam a busca pela terra, os participantes do movimento visam uma melhor condição de vida, no sentido holístico, para sua comunidade, desenvolvendo atividades culturais, ligadas ao esporte, dança, teatro, no sentido de obter condições para efetivar a inclusão social, mediante a participação coletiva.

Com efeito, a análise empírica dos assentados do MST, permitiu aferir que esta é uma instituição politizada, visto que estão estruturalmente organizados para promover mobilizações em busca da cidadania e que diferentemente do que se veicula pela mídia, possuem atividades expressivas, buscando paulatinamente a efetivação da cidadania e inclusão social.

4 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento dos trabalhadores rurais tem sido responsável por uma mudança, embora embrionária, na organização do espaço rural brasileiro. A capacidade interorganizacional e a busca constante de parcerias públicas e com o terceiro setor têm possibilitado o reconhecimento nacional e internacional do Movimento.

Deveras, a organização política articulada, a abertura e a busca interna e externa para a comunicação, bem como a difusão dos conhecimentos políticos pedagógicos permitem um rigor organizacional aos assentados. Fortalecendo seus laços de solidariedade e um ambiente familiar de confiança e lealdade aos seus ideais de justiça e democracia.

Pelo exposto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Wenceslau Guimarães tem sido uma alternativa para a re-organização do espaço rural da localidade, tornando os latifúndios improdutivos em espaço produtivo para o sustento de diversas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Hucitec – Campinas, SP 1998.
- AMIN, Samir & Kostas Vergapoulos. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo. Ed. Ática, 1989.
- ANDRADE, Maristela; PEREIRA, Carlos A.C.; NOBRE, Miriam. **Coletivização: uma proposta para os camponeses**. São Paulo: CEDI, 1989.
- BERGAMASCO, S.M.P.P. Assentamentos rurais: impasses sócio-econômicos, tecnológicos e ambientais, **Bucharest, Romênia**: [s.m], 1996 (mimeo). Texto apresentado no “The World Congress of Rural Sociology”.
- D’ INCÃO, Maria Conceição & Abdias Vilar de Carvalho. **Reforma Agrária: Significado e Viabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- FERNANDES, Bernardo Mançano – **A formação do MST no Brasil** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. FERNANDES, Bernardo Mançano. **M.S.T.: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Pulo**. -2.ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.
- GUEDES PINTO, LC, 1995. **"Reflexões sobre a política agrária brasileira no período de 1964-1994"**. In Reforma Agrária, N. 1, Vol. 25, jan.-abr., Campinas
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Estatísticas cadastrais. Sistema Nacional de Cadastro Rural: Recadastramento 1972, v.1**. Brasília, 1974.
- _____. Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar. **O futuro nasce da terra: balanço da reforma agrária e da agricultura familiar**, 1999.
- _____. Proposta do programa emergencial de reforma agrária. Brasília, 1993.
- LAVORATTI, J. T. **A luta pela terra. Movimentos sociais, reforma agrária e o papel do Estado**. Salvador, 2005.
- LOPES, E. V. de P. & ORTOLAN, G. S. de . **Globalização e Capitalismo**. Maringá (PR), UEM, Revista Geonotas, vol. 7, nº 3, 2003.
- MANÇANO FERNANDES, B. **MST formação e territorialização**. São Paulo. Hucitec, 1996.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite**. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio (org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/EFRRS/CPDA, 1999.279p.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- REVISTA CARTA CAPITAL, ano X, nº 288 de abril 2004. **As boas novas do campo**, ISSN 0104-6438.
- RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, democracia e socialismo** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RIOS, J.A. **Rumos da reforma agrária**. Boletim Geográfico, ano 12, n.121, p.169-76, 1954.
- RIOS, M. E. O. Inserção sócio-econômico dos assentamentos rurais Grotão e Moreno: um estudo de caso comparativo. Dissertação de Mestrado a ser defendida na UNIFACS – Universidade Salvador, 2005 (no prelo).
- SANTOS, Milton, 1926-2001. **O País distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971
- VINHA, Moisés. **A Terra, o Homem, as Reformas**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.